

BANCO PAULISTA S.A.
(CNPJ nº 61.820.817/0001-09)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

BANCO PAULISTA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do Patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do **Banco Paulista S.A. (“Banco”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis do **Banco Paulista S.A.** pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião” não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil

Em função do processo instaurado pelo Ministério Público Federal (MPF) a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como “Operação Lava Jato - Disfarces de Mamom”, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.c., a atual Administração do Banco concluiu investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação. A investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos junto ao time de investigação conduzida por escritório de advocacia e empresa especializada em riscos, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu apenas os prestadores de serviços constantes nas investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) no montante de R\$ 55.586 mil, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 25.599 mil, conforme nota explicativa nº 16.a. A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 30.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas. Conforme nota explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 3 de dezembro de 2019 em função do percentual da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica tem a mesma interpretação ao auto original.

Em 10 de setembro de 2020 foi deflagrada a 74ª fase da operação Lava Jato cujos alvos foram operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A. (denominadas em conjunto “Petrobras”) entre o período de 12 de setembro de 2008 à 18 de março de 2011, realizadas pelo Banco, cujo objeto é o aprofundamento das investigações sobre possíveis ilícitos praticados nas áreas de câmbio dos envolvidos, Banco e empresas, em contratos que teriam sido celebrados entre as partes, levando a supostas sobretaxas das mesmas, tendo havido bloqueio de recursos dos executivos envolvidos nestas operações. A administração e sua assessoria jurídica entendem que o bloqueio realizado é suficiente para suportar eventuais cobranças decorrentes de sobretaxas praticadas, caso estas venham a ser comprovadas, sendo desnecessário provisionamento de eventuais contingências. Contudo, não houve posicionamento a respeito de eventuais ressarcimentos que possam ser requeridos pelas empresas envolvidas, denominadas Petrobras, e se poderia haver eventuais passivos a serem constituídos, não sendo possível fazê-los por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Ressaltamos que as investigações independentes realizadas anteriormente pelo Banco não abrangeram a totalidade dos prestadores de serviços e, principalmente, as operações realizadas com a Petrobras, estas com o objetivo de averiguar eventuais sobretaxas praticadas, não tendo a administração iniciado processo de nova investigação sobre estes assuntos ou eventuais valores envolvidos. Nesse sentido, não nos foi possível concluir quanto a possível instauração de ação de improbidade administrativa contra o Banco e com a consequente ação de indenização, o que poderia ensejar eventuais contingências não reconhecidas nas demonstrações contábeis do Banco findas em 31 de dezembro de 2020. Como consequência, não nos foi possível mensurarmos eventuais efeitos destas operações apontadas por esta fase da operação Lava Jato, incluindo a adequada divulgação das notas explicativas, podendo ainda requerer ou depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, sejam exigidos como parte de todo o processo de investigação deflagrados.

Assim, as investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços e as operações com a Petrobras, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, podendo vir a serem requeridos como parte de todo o processo de investigação deflagrado. Adicionalmente, neste momento, não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, o que pode incluir novas sanções, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.

Inquérito Civil

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.c, em 30 de outubro de 2020, o Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador (“COPAS”) do BACEN, decidiu, por unanimidade, pelo arquivamento do Processo Administrativo Sancionador nº PE 157096, que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior. No entanto, o MPF, por meio do Ofício 13003/2020 instaurou o inquérito civil nº 1.34.001.007268/2019-47 com o intuito de realizar sua própria investigação sobre essas transações. A administração do Banco, suportada pelos seus assessores jurídicos avaliou que no presente momento o MPF ainda não tem elementos suficientes para embasar o ajuizamento de ação civil pública, não tendo como precisar quais as chances de que venha a ser iniciada uma ação civil pública decorrente desse procedimento. Adicionalmente, o referido inquérito civil corre em sigilo de justiça, de modo que não tivemos acesso aos autos do processo. Nesse sentido, não nos foi possível concluir sobre os possíveis impactos desse inquérito sobre as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020, incluído a divulgação em notas explicativas, bem como sobre a necessidade de constituição de eventuais passivos contingentes.

Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior

Foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras nas datas de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as quais não foram recebidas em sua totalidade. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre estes procedimentos de auditoria e seus eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco findas em 31 de dezembro de 2020.

Investimentos em controladas e coligadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, o Banco possui investimento na controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Singulare” ou “Companhia Investida”) (anteriormente denominada “SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.”), representando 100% (cem por cento) do capital da Companhia Investida e, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 06 de fevereiro de 2020, os acionistas do Banco, em Assembleia Geral Extraordinária deliberaram a favor da redução do capital social do Banco mediante a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas pessoas físicas, tendo sido esta transação homologada pelo Banco Central do Brasil em 03 de julho de 2020. Nesse sentido, o Banco restituiu aos seus acionistas o montante de R\$ 60.000 mil, correspondente ao patrimônio líquido da Singulare em 31 de dezembro de 2019, cujas demonstrações contábeis foram por nós auditadas, tendo sido emitido o relatório de auditoria em 12 de agosto de 2020 com as seguintes ressalvas: i) investigação realizada pela Administração mencionada no parágrafo acima intitulado “Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil”; ii) Disponibilidades em moedas estrangeiras sem evidências de auditoria apropriadas e suficientes para emissão de opinião; iii) Circularização de instituições financeiras brasileiras não recebidas em sua totalidade; iv) Operações de câmbio para as quais não foram apresentados os respectivos contratos de câmbio e/ou outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes para suportar os saldos contabilizados; v) distribuição de dividendos no montante de R\$ 38.521 mil sem que houvesse saldos suficientes das reservas legal e estatutária, em desacordo com a legislação societária; vi) Insuficiência de provisionamento de contingências junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no valor de R\$ 1.118 mil; vii) Insuficiência de provisionamento de contingências no valor de R\$ 3.842 mil; viii) inconsistências no estudo de recuperabilidade dos créditos tributários, registrados no montante de R\$ 4.102 mil, que impediram de concluir sobre o adequado reconhecimento deste ativo; ix) inconsistência no saldo de ajuste de avaliação patrimonial que está superavaliado no montante de R\$ 609 mil; e x) inconsistência na apuração de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social, cujas despesas estão subavaliadas em R\$ 1.426 mil.

Como consequência, não nos foi possível avaliar os impactos destes assuntos quanto ao valor de equivalência registrado em 31 de dezembro de 2019 e o valor utilizado como base para redução de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Circularizações de operações de crédito

Conforme Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2020 o Banco possuía operações de crédito no montante de R\$ 614.209 mil. Foram encaminhadas solicitações de confirmações de operações para sua validação para de saldo com determinados clientes do Banco. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos de auditoria, não recebemos respostas de circularização de operações que montam em R\$ 13.026 mil, sendo que também não nos foram disponibilizadas as respectivas liquidações financeiras destas operações, ou ainda controles internos que permitissem concluir sobre estes procedimentos alternativos de auditoria. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre a necessidade de eventuais ajustes nos saldos de operações de crédito em 31 de dezembro de 2020 e seus impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco nessa mesma data.

Apuração de créditos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 26.b às demonstrações contábeis, o Banco tem registrado créditos tributários no montante de R\$ 34.239 mil, dos quais R\$ 3.971 mil não tiveram apresentação de evidências apropriadas e suficientes para corroborar a constituição deste valor. Adicionalmente, o estudo de realização do crédito tributário elaborado pela Administração prevê o crescimento expressivo das receitas com operações de crédito nos exercícios de 2021 e 2022, além da geração de lucro tributário. Os resultados apresentados em eventos subsequentes até o encerramento de nosso exame de auditoria não permitem concluirmos sobre o crescimento projetado e os resultados passados não coadunam com estas projeções, sendo que as receitas e resultados projetados para 2020 em 2019 não se confirmaram. Dessa forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para corroborarmos com as premissas utilizadas pelo Banco. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a realização dos créditos tributários dentro das premissas utilizadas pela Administração e eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco findas em 31 de dezembro de 2020.

Custódia de ativos e passivos

Conforme Nota Explicativa nº 6b às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2020 o Banco possuía Cotas de Fundos de Investimentos no montante de R\$ 205.135 mil, para as quais não nos foram apresentados os extratos de custódia que suportem o saldo de R\$ 17.034 mil, não tendo sido possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a correta apresentação daqueles valores. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos daquelas operações e seus impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco findas naquela data.

Perdas associadas ao risco de crédito

Conforme Nota explicativa nº 8.d às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2020 o Banco apresenta perdas Associadas ao risco de crédito o montante de R\$ 9.169 mil, dos quais R\$ 4.340 mil referem-se a créditos vencidos até 31 de dezembro de 2019, uma vez que essas operações não apresentavam garantias naquele exercício. A Administração optou por não reapresentar as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com as devidas correções necessárias, conforme previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN 4.007/11. Como consequência, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está subavaliado em R\$ 4.340 mil.

Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 o Banco possuía ajuste positivo ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários registrados em seu patrimônio líquido no montante de R\$ 173 mil. Nosso exame indica que o valor adequado deste ajuste é negativo em R\$ 3.918 mil, líquidos de efeitos tributários. Como consequência, os resultados do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 estão subavaliados em R\$ 4.091 mil.

Diferimento de comissões de captação

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, o Banco tem registrado em seu ativo não circulante o montante de R\$ 3.700 mil, referente as despesas de comissões sobre captações as quais deveriam ser registradas diretamente no resultado, conforme definido na Circular 1.273/87, do BACEN. Como consequência, o ativo não circulante, o patrimônio líquido, e os resultados do semestre e exercício apresentados em 31 de dezembro de 2020 encontram-se superavaliados naquele montante.

Processo administrativo

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.c e 30.d às demonstrações contábeis, o Banco Central do Brasil instaurou processo administrativo em 13 de abril de 2018 referente a irregularidades no cumprimento dos normativos estabelecidos por essa autoridade na condução de operações de câmbio. Em julgamento realizado em 03 de agosto de 2020 foi sentenciada a aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753 mil, para a qual o Banco ingressou com recurso e os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa divulgar ou ainda determinar se uma provisão para perdas é requerida, de tal maneira que nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020. Como consequência, se consumada a multa o patrimônio líquido e o resultado do exercício estarão superavaliados em R\$ 9.753 mil.

Incerteza quanto à continuidade operacional

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 2.c, como consequência do processo administrativo aberto pelo BACEN, em 13 de abril de 2018, e processo de investigação do MPF, aberto em 08 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco no processo de investigação conduzida pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Disfarces de Mamom”, o Banco descontinuou suas atividades no mercado de câmbio desde o mês abril de 2019, sendo estas operações responsáveis significativamente pela receita da intermediação financeira do Banco. Dentro do processo de reestruturação societária, foi homologação pelo BACEN em 03 de julho de 2020, a redução de capital do Banco com entrega aos acionistas das ações de sua subsidiária integral e, com isso, o Banco deixa de ter os resultados de equivalência patrimonial alcançado nos últimos exercícios. Estas questões, somadas à relevância dos assuntos mencionados acima e reportados nas Notas Explicativas nº 8.d, 11, 12, 23, 25.b e 29.d relativas à procedimentos contábeis adotados pela administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que foram objeto de ressalvas descritas, requerem que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, sobre o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfases

Operação com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 27 as demonstrações contábeis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco reconheceu resultado com cessões de precatórios no montante de R\$ 6.826 mil, as quais foram realizadas com partes relacionadas. Estes montantes poderiam ser diferentes caso tratasse de transações efetuadas em condições de mercado ou com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investimento em Cotas de Fundo de Participações

Conforme nota explicativa nº 6.a às demonstrações contábeis, o Banco detinha em 31 de dezembro de 2020, cotas de fundos de investimento classificados como títulos para negociação no montante de R\$ 16.681 mil, dos quais R\$ 8.445 mil referem-se a cotas do Industrial Parks Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo Investido”). O Fundo Investido se encontra em fase de desinvestimento, após aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas da prorrogação do seu prazo de duração, até 18 de novembro de 2020. Desta forma, a continuidade operacional do Fundo Investido, nos próximos exercícios, depende de nova prorrogação a ser aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2020

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em 01 de fevereiro de 2021 com abstenção de opinião relacionada aos seguintes assuntos:

Investigações independentes

Ressalva com mesmo teor acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil”;

Inquérito civil

Ressalva com mesmo teor acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Inquérito civil”;

Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior

Confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 30 de junho de 2020 não recebidas;

Investimento em controladas e coligadas

Ressalva com mesmo teor acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Investimento em controladas e coligadas”;

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Ressalva com mesmo teor acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa”;

“Apuração de créditos tributários

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Apuração de créditos tributários”;

Impairment sobre o Intangível

Ressalva sobre “Impairment sobre o Intangível”, não sendo mais necessária em para 31 de dezembro de 2020;

Multas CVM

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Multas CVM”;

Ajuste de avaliação patrimonial

O Banco possuía ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários registrados em seu patrimônio líquido no montante de R\$ 664 mil, sendo que nossos exames de auditoria indicaram que o valor o valor deste ajuste corresponde ao montante de R\$ 5 mil. Como consequência, o resultado do semestre findo em 30 de junho de 2020 estava subavaliado em R\$ 659 mil;

Processo Administrativo

Ressalva com mesmo teor acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Processo Administrativo”.

Adicionalmente, o relatório de auditoria referente as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2020 continha os seguintes parágrafos continuidade operacional e as mesmas ênfases deste relatório.:

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2019

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em 30 de julho de 2020 com ressalvas relacionadas aos seguintes assuntos:

Investigações independentes

Ressalva com mesmo teor acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil”;

Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

A administração não apresentou as demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Consequentemente, a leitura destas demonstrações contábeis deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis da controlada. Estas demonstrações não são mais requeridas para 31 de dezembro de 2020 em função do Banco não possuir mais investimentos em controladas;

Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior

Confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 31 de dezembro de 2019 não recebidas;

Prejuízo com encerramento de atividades operacionais de câmbio

Prejuízos reconhecidos contra o resultado em diversas rubricas contábeis relacionadas com encerramento de atividades operacionais de câmbio, resultando em perdas de R\$ 10.293 mil, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que permitissem concluir sobre este procedimento, assim como sobre a correta competência destas transações;

Créditos tributários de exercícios anteriores

Registro de créditos tributários no montante de R\$ 12.810 mil, dos quais R\$ 2.780 mil referem-se a créditos constituídos sobre operações anteriores ao exercício de 2019, para as quais a Administração não realizou a reapresentação das demonstrações contábeis conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.077/11;

Investimentos em controladas e coligadas

Investimentos que o Banco possuía investimento na controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente denominada “SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.”) (“Companhia Investida”), a qual não concluiu o processo de auditoria de suas demonstrações contábeis até a data de emissão de nosso relatório, não sendo possível concluirmos quanto a correta apresentação deste investimento, no valor de R\$ 63.783 mil, e da equivalência patrimonial, no valor de R\$ 870 mil em 31 de dezembro de 2019;

Apuração de créditos tributários

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Apuração de créditos tributários”;

Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio

O Banco pagou juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 4.539 mil. Entretanto, o Banco não apresentou lucro no exercício ou saldo de reservas que possibilitassem o pagamento do JCP. Adicionalmente, as ressalvas descritas no relatório indicavam que o resultado do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estavam superavaliados. Como consequência, o saldo da reserva legal não estava adequadamente apresentado;

Impairment sobre o Intangível

Ressalva sobre “Impairment sobre o Intangível” não sendo mais necessária em para 31 de dezembro de 2020;

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

O Banco apresentava perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 24.912 mil, enquanto nosso exame apontou para o montante de R\$ 29.252 mil, indicando uma subavaliação de R\$ 4.340 mil, por falta de garantia de operações e, por eventos subsequentes, terem sido totalmente provisionadas. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo e o patrimônio líquido estão superavaliados, assim como o resultado do semestre e exercício estavam superavaliados em R\$ 4.340 mil;

Multas CVM

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Multas CVM”;

Ajuste de avaliação patrimonial

O Banco reconheceu ajuste como receita relacionado com valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda no montante de R\$ 2.983 mil, decorrentes de títulos negociados e liquidados anteriormente ao exercício de 2019. Como consequência, os resultados do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estavam superavaliados em R\$ 2.983 mil;

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 o Banco reconheceu resultado negativo com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 13.282 mil, dos quais, R\$ 3.547 mil referem-se a despesas incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2019. Como consequência, o resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2019 estava subavaliado em R\$ 3.547mil.

Adicionalmente, o relatório de auditoria referente as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 continha as mesmas ênfases relacionadas neste relatório.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria.

Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 12 de abril de 2021.

Banco Paulista S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	2020	2019
Ativo			
Circulante		624.548	1.165.786
Disponibilidades	4	1.512	26.490
Instrumentos financeiros		622.677	1.109.647
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5	123.696	663.398
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	3.017	1.808
Títulos e valores mobiliários	6	157.700	118.456
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	3.247
Relações interfinanceiras		17.991	17.996
Operações de crédito - Setor privado	8	244.866	214.715
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	74.705	60.325
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito		25	26
Carteira de câmbio	9	-	24.879
Negociação e intermediação de valores		677	4.797
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(4.593)	(10.998)
(-) Operações de crédito	8	(3.846)	(10.300)
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(747)	(603)
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito		-	(95)
Outros ativos		4.952	40.647
Despesas antecipadas		42	135
Bens não de uso próprio		3.381	2.525
Diversos	10	1.529	37.987
Não circulante		708.959	873.577
Instrumentos financeiros		619.513	775.141
Títulos e valores mobiliários	6	291.720	473.385
Operações de crédito - Setor privado	8	285.624	291.986
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	9.014	-
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito		33.155	9.770
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(4.908)	(14.009)
(-) Operações de crédito	8	(4.488)	(14.009)
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(90)	-
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito		(332)	-
Créditos tributários	26b	34.249	33.979
Outros ativos		50.253	4.352
Diversos	10	50.253	4.352
Investimentos		3.006	66.335
Participações em coligadas e controladas no País	11	-	63.783
Outros investimentos		3.258	2.804
(-) Provisões para Perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		1.387	1.846
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		5.838	7.116
(-) Depreciações acumuladas		(5.408)	(6.227)
Intangível		5.459	5.933
Ativos intangíveis	12	9.281	9.192
(-) Amortizações acumuladas	12	(3.822)	(3.259)
Total do ativo		1.333.507	2.039.363

	Notas Explicativas	2020	2019
Passivo			
Circulante		648.152	1.377.276
Depósitos e demais instrumentos financeiros		632.880	1.339.075
Depósitos	13	377.769	358.891
Captações no mercado aberto	14	89.131	867.120
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	124.688	29.602
Obrigações por empréstimos e repasses	15	6.701	7.218
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.961	-
Relações interdependência e interfinanceiras		576	608
Carteira de câmbio	9	-	13.123
Negociação e intermediação de valores		-	62.513
Dívidas Subordinada	15	32.054	-
Provisões		4.920	6.797
Para pagamentos a efetuar		3.987	5.983
Para garantias financeiras prestadas	29	933	814
Outros passivos		10.352	31.404
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5	1
Fiscais e previdenciárias	16a	10.148	11.621
Sociais e estatutárias		-	681
Diversas	16b	199	19.101
Não circulante		502.095	452.787
Depósitos e demais instrumentos financeiros		479.630	422.616
Depósitos	13	426.241	293.344
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	53.389	98.209
Dívidas subordinadas	15	-	31.063
Provisões		2.765	3.477
Para pagamentos a efetuar		-	60
Para passivos contingentes	30b	2.765	3.417
Outros passivos		19.700	26.694
Fiscais e previdenciárias	16a	19.700	26.694
Patrimônio líquido		183.260	209.300
Capital Social - Domiciliado no país	17	184.300	206.300
Reservas de lucros		-	1.218
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos		173	1.782
Prejuízos acumulados		(1.213)	-
Total do passivo		1.333.507	2.039.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Notas Explicativas	2º semestre	Exercícios	
			2020	2019
Receitas de intermediação financeira		30.154	83.447	253.021
Operações de crédito	8h	18.298	44.152	62.805
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		10.999	34.068	84.299
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	921	(3.164)	(1.038)
Resultado com operações de câmbio		(64)	8.391	106.955
Despesas de intermediação financeira		(16.798)	(47.988)	(150.568)
Operações de captações	18	(16.008)	(41.187)	(112.199)
Operações de empréstimos e repasses		-	(4.327)	(24.304)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(790)	(2.474)	(14.065)
Resultado bruto de intermediação financeira		13.356	35.459	102.453
Outras receitas (despesas) operacionais		(20.507)	(37.221)	(116.119)
Receitas de prestação de serviços	19	1.841	4.385	3.762
Rendas de tarifas bancárias	19	18.786	42.847	59.254
Despesas de pessoal	20	(21.484)	(42.479)	(76.795)
Despesas administrativas	21	(17.148)	(32.775)	(83.733)
Despesas tributárias	23	(4.246)	(9.348)	(14.791)
Resultado de participação em controlada		-	-	(870)
Despesas com provisões	22	(1.651)	(2.909)	(2.845)
Outras receitas operacionais	24	9.449	17.106	31.369
Outras despesas operacionais	25	(6.054)	(14.048)	(31.470)
Resultado operacional		(7.151)	(1.762)	(13.666)
Resultado não operacional		38	(164)	1.935
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(7.113)	(1.926)	(11.731)
Imposto de renda e contribuição social	26	2.617	(141)	12.170
Provisão para imposto de renda		2.631	220	(598)
Provisão para contribuição social		1.986	97	(42)
Ativo fiscal diferido		(2.000)	(458)	12.810
Participações estatutárias no lucro		(121)	(364)	(3.759)
(Prejuízo) do semestre/exercícios		(4.617)	(2.431)	(3.320)
(Prejuízo) por lote de mil ações - R\$		(10,88)	(5,73)	(11,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	2º semestre	Exercícios	
		2020	2019
Prejuízo do semestre e exercícios	(4.617)	(2.431)	(3.320)
Outros resultados abrangentes	(491)	(1.609)	(1.575)
Investimentos financeiros disponíveis para venda	(799)	(2.654)	(2.627)
Imposto de renda e contribuição social	308	1.045	1.052
Prejuízo abrangente do semestre e exercícios	(5.108)	(4.040)	(4.895)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital	Capital a Integralizar	Redução de Capital	Reservas de Lucros			Ajuste ao valor de mercado	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
					Reserva Legal	Reserva estatutária	Reserva			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	193.500	12.800	-	-	9.077	-	-	3.357	-	218.734
Transferência para aumento de capital	12.800	(12.800)	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.320)	(3.320)
Reserva Legal	-	-	-	-	719	-	-	-	719	719
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	13.654	-	-	-	13.654
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(4.539)	-	-	-	(4.539)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	(1.857)	-	-	(1.857)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos – Controlada	-	-	-	-	-	-	282	-	-	282
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(8.578)	(9.115)	-	-	3.320	(14.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	206.300	-	-	-	1.218	-	-	1.782	-	209.300
Mutações no Exercício	12.800	(12.800)	-	-	(7.859)	-	-	(1.575)	-	(9.434)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	206.300	-	-	-	1.218	-	-	1.782	-	209.300
Aumento de capital	38.000	-	-	-	-	-	-	-	-	38.000
Redução de capital	(60.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.000)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.431)	(2.431)
Ajuste ao valor de mercado TVM e Derivativos	-	-	-	-	-	-	(1.609)	-	-	(1.609)
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(1.218)	-	-	-	1.218	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	184.300	-	-	-	-	-	-	173	(1.213)	183.260
Mutações no Exercício	(22.000)	-	-	-	(1.218)	-	-	(1.609)	(1.213)	(26.040)
Saldo em 30 de junho de 2020	206.300	38.000	(19.000)	(60.000)	1.327	2.077	664	-	-	169.368
Transferência para aumento de capital	38.000	(38.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital a integralizar	-	-	19.000	-	-	-	-	-	-	19.000
Redução de capital	(60.000)	-	-	60.000	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.617)	(4.617)
Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos	-	-	-	-	(1.327)	(2.077)	(491)	-	3,404	(491)
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	184.300	(38.000)	19.000	60.000	(1.327)	(2.077)	(491)	173	(1.213)	183.260
Mutações no Semestre	(22.000)	(38.000)	19.000	60.000	(1.327)	(2.077)	(491)	(1.213)	(1.213)	13.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2º semestre	Exercícios	
		2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido ajustado do semestre e exercícios	(1.385)	2.598	(398)
Prejuízo do semestre e exercícios	(4.617)	(2.431)	(3.320)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	3.232	5.029	2.922
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	790	2.474	14.065
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	2.000	458	(12.810)
Depreciações e amortizações (nota 24)	466	901	1.140
Resultado de participação em controladas (nota 11)	-	-	870
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(32)	(70)	(128)
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.643)	(1.643)	(1.950)
Reversões de depósitos judiciais	6	42	156
Provisões para contingências	342	1.245	1.712
Provisões para fianças	67	126	(133)
Provisões para auto de infração da Receita federal (nota 16a)	1.496	1.496	-
Outras atualizações monetárias	(260)	-	-
Varição de ativos e passivos			
(Aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros	(1.010)	(1.209)	(302)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(37.846)	140.812	(88.057)
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	1.219	(27)	(96.309)
(Aumento) em operações de crédito	(60.193)	(42.240)	(39.709)
(Aumento) redução em outros ativos	(4.435)	(10.177)	48.481
(Redução) aumento em negociação e intermediação de valores	(22)	(58.393)	3.203
Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos	12.651	5.208	(1.026)
Redução (aumento) em créditos tributários	106	(728)	(7.990)
(Aumento) redução em títulos e créditos a receber	(58.939)	(46.307)	13.619
Redução (aumento) em carteira de câmbio	-	11.756	(5.915)
Aumento (Redução) em depósitos	151.096	151.775	(375.817)
(Redução) de captações no mercado aberto	(445.211)	(777.989)	(327.922)
Aumento (redução) em outros passivos	(2.707)	(19.579)	128.545
(Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	(4.763)	(9.963)	(30.334)
(Redução) em provisões	(5.450)	(2.318)	(18.530)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(456.889)	(656.781)	(798.461)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado de uso	(130)	(130)	(1.031)
Aplicações no intangível	(87)	(88)	652
Alienações imobilizado	-	250	53
Aplicações em investimentos	3.523	3.329	(474)
Baixa em investimentos	-	-	38.521
Recebimento de dividendos	-	-	(430)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	3.306	3.361	37.291
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital (nota 17a)	19.000	38.000	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(4.539)
(Redução) de obrigações por empréstimos e repasses	(117)	(517)	(36.450)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	56.939	50.266	30.267
Aumento em dívida subordinada	361	991	2.003
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de financiamentos	76.183	88.740	(8.719)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(377.400)	(564.680)	(769.889)
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercícios (nota 4)	502.608	689.888	1.459.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercícios (nota 4)	125.208	125.208	689.888
	(377.400)	(564.680)	(769.889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Paulista (“Banco”) é uma sociedade de capital fechado, controlado pelo Sr. Alvaro Augusto Vidigal, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição.

As operações até 2019, eram conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuavam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações tinham a coparticipação ou a intermediação de sua antiga controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Singulare”) (anteriormente denominada “SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.) e demais empresas pertencentes aos controladores, sendo que a partir da reorganização societária envolvendo Banco e Singulare descrita abaixo, a Singulare deixou de fazer parte desse contexto de conjunto de instituições.

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberarem sobre a sua “reorganização societária”, reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco.

A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco e da Singulare independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Singulare para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Singulare reduziu seu Capital, no montante de R\$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco de recursos em valor equivalente;
- O Banco, reduziu o Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R\$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R\$ 19.000, foi integralizado em 03 de julho de 2020, em moeda corrente nacional.

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020–BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.

Em virtude do descrito na Nota 2 a seguir, no segundo semestre de 2019 o Banco descontinuou a operação de câmbio e se reestruturou administrativamente e em termos de Governança, dando foco na sua carteira de crédito e prestação de serviços, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas expectativas de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto, que no momento não é possível ser definida pela administração.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Tendo em vista a relevância dos assuntos mencionados acima, a administração continua adotando medidas imediatas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, como por exemplo, a adequação de sua estrutura organizacional, em função da descontinuidade da operação de câmbio, sob o risco de não a ter caso não obtenha sucesso em suas medidas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

- a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, sendo estas revisadas periodicamente.

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

A demonstrações foram aprovadas em 9 de abril de 2021.

- b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
- c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020:
 - em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco. Em agosto de 2020 o Banco Central julgou o processo e decidiu pela aplicação de multa pecuniária (vide nota explicativa 30).
 - Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide notas explicativas 16.a e 30.c);

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, na qual o Ministério Público Federal (“MPF”) e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do “Setor de Operações Estruturadas” do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
- Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 30.c, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento de auto de infração complementar, em que a receita Federal, por ter aplicado erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o qual o Banco já tomou as providências de impugnação;
- Em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Singulare, conforme descrito na nota explicativa nº 1.
- Em setembro de 2020, o Banco foi novamente alvo da operação Lava Jato através da 74ª fase, onde houve busca e apreensão de dados relacionados com operações de câmbio realizadas com a Petrobrás, no período de 2008 a 2011, com a alegação de terem sido realizadas com sobretaxa, para as quais o Banco prontamente se colocou à disposição para prestar esclarecimentos e fornecer as informações necessárias, sendo que até o momento nada de concreto foi apurado e, por este motivo, não acionou seu corpo jurídico e não procedeu ao levantamento das operações e seus possíveis efeitos.
- Em outubro de 2020 o BACEN decidiu pelo arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador PE 157096 que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior.
- Sobre o mesmo assunto, o MPF, em procedimento cível, encaminhou ofício solicitando esclarecimentos ao Banco que, no momento oportuno, apresentou manifestação. O Banco informou acerca do arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador acima mencionado.

A atual gestão do Banco desconhece as operações investigadas e reafirma que a Instituição sempre se pautou pela legalidade e segue todas as normas e diretrizes do Banco Central do Brasil.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu do Banco diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do Banco e membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo sobre as operações objeto da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação. Esta investigação não abrangeu todas as operações realizadas pela área de câmbio, tão pouco as operações com a Petrobrás.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.

Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- o objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco e terceiros, considerando as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, Bacen e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
- foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com seu potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas mitigativas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- revisão do sistema de governança;
- criação de um Canal de Ética;
- contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- sistema de monitoramento de transações; e
- novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 16.a e da 74ª fase da operação Lava Jato, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão restrita ao departamento de câmbio.

A administração e sua assessoria jurídica entendem que não existem, até o momento da divulgação destas Demonstrações Contábeis, elementos, fatos ou circunstâncias que imputem ao Banco, em decorrência da importação de moedas e 74ª fase da operação Lava Jato, qualquer contingência que justifique o provisionamento de qualquer valor, haja vista que:

- o Banco não foi alvo de medidas coercitivas nos processos criminais em andamento;
- nesses processos, quando apontado eventual prejuízo nos autos, houve o bloqueio de bens das pessoas físicas citadas;
- para que seja cabível a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa tendo por objeto a operação de importação de moeda estrangeira ou ainda aquelas envolvendo a PETROBRAS, seria necessário que fosse comprovada a existência de ato ilícito causador de prejuízo. Considerando o arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador pelo BACEN, são consideradas remotas as chances de condenação de ação civil pública por improbidade.

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- *Operações de futuros* - os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Operações de crédito e perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 8.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A Resolução CMN nº 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

O Banco não aplicou os critérios permitidos nas resoluções nº 4.803 e nº 4.855 durante o Exercício de 2020.

Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base pro rata dia), as variações cambiais auferidas, e constituição de perdas estimadas, quando aplicável, nos termos da Resolução nº 2.682/99. Estas operações foram descontinuadas durante o 2º semestre de 2019 conforme descritos na nota explicativa nº 1.

d) Investimentos

Em função da reorganização societária envolvendo o Banco e sua subsidiária integral Singulare conforme descrito na nota explicativa nº 1, as Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de forma individualizada e, em função de a data base dos balanços utilizados ter sido a de 31 de dezembro de 2019, no semestre de 2020 não houve o reconhecimento da equivalência patrimonial.

Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

e) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até fevereiro de 2020. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103, Art. 32, a alíquota da CSLL a partir de março de 2020 passou a vigorar para os Bancos sob a alíquota de 20%.

Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados “*pro-rata*” dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

k) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 33.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades - Em moeda nacional	937	25.140
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	575	1.350
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	<u>123.696</u>	<u>663.398</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>125.208</u>	<u>689.888</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações no mercado aberto

	2020		2019
	1 a 30 dias	Total	Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	123.696	123.696	111.127
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	123.696	123.696	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	13.400
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	97.727
Posição financiada:	-	-	552.271
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	552.271
Total	123.696	123.696	663.398

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 11.791 (R\$ 50.919 em 2019).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2020	2019
Vencimento até 90 dias	3.017	1.808
Total	3.017	1.808

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 29 (R\$ 21 em 2019).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2020		2019	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Títulos para negociação				
Carteira própria - livres	48.911	48.857	26.351	28.020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	129	129	272	272
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	400	400
Notas do Tesouro Nacional - NTN	489	601	469	581
Títulos da Dívida Agrária - TDA	4	2	133	109
Cotas de Fundos de Investimentos - CFI	16.681	16.681	9.917	9.917
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	3.511	3.511	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	27.023	26.777	9.580	9.580
Ações de Companhias Abertas	19	98	635	2.216
Aplicações em TVM no exterior	-	-	1.720	1.720
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.055	1.058	3.225	3.225
Vinculados a operações compromissadas	-	-	5.192	5.192
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	5.192	5.192
Total de títulos para negociação	48.911	48.857	31.543	33.212
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - livres	126.593	126.734	187.312	188.983
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	95.786	95.908	155.194	155.210
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	258	260
Notas do Tesouro Nacional - NTN	709	730	23.778	25.448
Títulos da Dívida Agrária - TDA	6	4	99	82
Cotas de Fundos de Investimento - CFI	30.092	30.092	7.983	7.983
Vinculados a operações compromissadas	89.274	89.303	310.201	310.306
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	89.274	89.303	310.201	310.306
Vinculados à prestação de garantias (iii)	39.725	39.698	59.344	59.340
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.702	29.675	44.671	44.667
Cotas de Fundos de Investimento - CFI	10.023	10.023	14.673	14.673
Total de títulos disponíveis para venda	255.592	255.735	556.857	558.629
Títulos mantidos até o vencimento				
Carteira própria - livres	144.828	144.828	-	-
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	144.828	144.828	-	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	144.828	144.828	-	-
Total	449.331	449.420	588.400	591.841

(i) Valor de custo

Nos casos de títulos de renda fixa, referem-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição. As cotas dos Fundos de Investimento e dos Fundos em Direitos Creditórios refere-se ao custo ajustado ao PU que é disponibilizado por seus respectivos administradores.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

(iii) Vinculados a prestação de garantias

Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, no montante de R\$ 39.698 (R\$ 59.340 em 31 de dezembro de 2019). Esses títulos podem ser substituídos por outros títulos caso haja a necessidade de venda.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	2020					Total	2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos		Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	65	64	129	5.464
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	400
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	601	601	581
Títulos da Dívida Agrária – TDA	-	-	-	2	-	2	109
Cotas de Fundo de Investimento - CFI	16.681	-	-	-	-	16.681	9.917
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	3.511	-	-	-	-	3.511	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	1.387	25.390	-	26.777	9.580
Ações de Companhias Abertas	98	-	-	-	-	98	2.216
Aplicações em TVM no exterior	-	-	-	-	-	-	1.720
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	1.058	1.058	3.225
Total de títulos para negociação (i)	20.290	-	1.387	25.457	1.723	48.857	33.212
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	15.449	52.562	21.131	125.744	214.886	510.183
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	260
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	89	628	-	13	730	25.448
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	2	2	4	82
Cotas de Fundo de Investimento - CFI	40.115	-	-	-	-	40.115	22.656
Total de títulos disponíveis para venda (i)	40.115	15.538	53.190	21.133	125.759	255.735	558.629
Títulos Mantidos até o vencimento							
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - CFI	-	-	-	-	144.828	144.828	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	144.828	144.828	-
Total	60.405	15.538	54.577	46.590	272.310	449.420	591.841

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 22.248 (R\$ 33.359 em 2019).

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.

Não houve reclassificação de categoria de títulos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2020				2019			
	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido
Termos (NDF)	36.788	-	(1.961)	(1.961)	71.494	3.247	-	3.247
Total	36.788	-	(1.961)	(1.961)	71.494	3.247	-	3.247

a) Composição analítica das operações

Descrição	2020		2019	
	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber / (a pagar)	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber / (a pagar)
Termo				
USD x XAU	-	-	23.529	22
Real x USD	36.788	(1.961)	47.965	3.215
Total	36.788	(1.961)	71.494	3.237

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

Descrição	2020		2019	
	Até 3 meses	Total	De 3 a 12 meses	Total
Contratos a termo - NDF	(1.961)	(1.961)	3.247	3.247

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 31 de dezembro de 2020, o valor referencial de R\$ 91.967 (R\$ 94.577 em 2019), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 134 (em 2019 a receber R\$ 348).

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	9.635	15.693
Cotas de Fundos	-	1.360
	<u>9.635</u>	<u>17.053</u>

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstrados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Futuros	(17.081)	(1.185)
Operações a termo - NDF	13.917	147
	<u>(3.164)</u>	<u>(1.038)</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

a) Por tipo de operação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	430.526	292.411
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	99.964	214.290
	530.490	506.701
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação	83.719	60.325
	83.719	60.325
Total das operações de crédito	614.209	567.026
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(8.332)	(24.309)
Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	(837)	(603)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	(9.169)	(24.912)
	605.040	542.114

b) Por setor de atividade

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Setor privado		
Indústria	79.085	133.076
Comércio	297.529	236.663
Serviços	215.480	188.396
Pessoas físicas	22.115	8.891
Total	614.209	567.026

c) Por faixa de vencimento

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Parcelas vencidas	2.279	26.077
Parcelas vincendas até 90 dias	137.286	75.741
de 91 dias a 180 dias	100.773	78.864
de 181 dias a 360 dias	79.233	94.358
acima de 360 dias	294.638	291.986
Total	614.209	567.026

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	SalDOS da carteira					
	2020				2019	
	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	975	-	975	0,16	52.121	9,19
B	581.830	187	582.017	94,76	443.556	78,23
C	25.328	-	25.328	4,12	38.043	6,71
D	3.232	-	3.232	0,53	4.526	0,80
E	565	-	565	0,09	4.122	0,73
F	-	-	-	0,00	14.531	2,56
G	-	-	-	0,00	21	-
H	-	2.092	2.092	0,34	10.106	1,78
	611.930	2.279	614.209	100,00	567.026	100,00

Nível	Provisão						
	2020				2019		
	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	0,5	5	-	5	0,05	261	1,05
B	1,0	5.818	2	5.820	63,47	4.435	17,80
C	3,0	760	-	760	8,29	1.141	4,58
D	10,0	322	-	322	3,52	453	1,82
E	30,0	170	-	170	1,85	1.236	4,96
F	50,0	-	-	-	0,00	7.265	29,16
G	70,0	-	-	-	0,00	15	0,06
H	100,0	-	2.092	2.092	22,82	10.106	40,57
		7.075	2.094	9.169	100,00	24.912	100,00

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo no início do exercício	24.912	12.662
Constituições líquidas	2.474	14.065
Baixas de créditos contra prejuízo	(18.217)	(1.815)
Saldo no final do exercício	9.169	24.912

f) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 8.073 (R\$ 7.562, em 2019). (*)

(*)_Resolução 2.682 art 8º § 1º/3º, não tendo sido aplicadas as resoluções citadas anteriormente na nota explicativa nº 3.c.

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 6.975 (R\$ 1.229, em 2019).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

g) Cessões de crédito

Em dezembro de 2020 o Banco cedeu para a Paulista - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Securitizadora"), que faz parte do Conglomerado Prudencial, na forma da Resolução nº 2.686/00 do Conselho Monetário Nacional, operações de créditos vencidas, sem coobrigação. Estas operações geraram um resultado bruto de R\$ 5.000.

Não houve cessão no exercício de 2019.

h) Rendas com operações de crédito

	2020	2019
Empréstimos e títulos descontados	31.090	45.284
Financiamentos	10.946	16.180
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.975	1.229
Adiantamentos a depositantes	174	112
Total das rendas com operações de crédito	49.185	62.805
 (Prejuízo) com Cessões	(5.033)	-
 Total do Resultado com operações de crédito	44.152	62.805

9. Carteira de câmbio

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	-	18.909
Direitos sobre venda de câmbio	-	5.970
	-	24.879
 Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	-	13.123
	-	13.123

Conforme descrito na Nota 2, no segundo semestre de 2019 o Banco descontinuou a operação de câmbio e se reestruturou administrativamente e em termos de Governança, dando foco na sua carteira de crédito e prestação de serviços, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas expectativas de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto, que no momento não é possível ser definida pela administração.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

10. Outros ativos - Diversos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Impostos a compensar (i)	959	35.355
Recursos antecipados de câmbio	-	672
Devedores diversos no país	282	52
Devedores por depósito em garantia (nota 30b)	-	1.641
Outros	288	267
	<u>1.529</u>	<u>37.987</u>
Não circulante		
Tributos a compensar (i)	36.264	-
Recursos antecipados de câmbio	881	-
Comissões diferidas de captações	3.700	-
Devedores diversos no país	914	-
Devedores por depósito em garantia (nota 30b)	8.494	4.352
	<u>50.253</u>	<u>4.352</u>

(i) Antecipações de IR/CS de exercícios anteriores não compensados.

11. Investimentos em controladas e coligadas

Refere-se, substancialmente, a participação na controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

As principais informações sobre a controlada são as seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Quantidade de ações possuídas	-	3.200
Capital social	-	66.000
Patrimônio líquido inicial	-	102.892
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e derivativos	-	282
Dividendos	-	(38.521)
Prejuízo do exercício	-	(870)
Percentual de participação	-	100%
Patrimônio líquido final	-	63.783
Resultado de equivalência patrimonial	-	(870)

Conforme nota explicativa nº 1, em 6 de fevereiro de 2020 o Banco reduziu seu capital, dando como pagamento as ações possuídas da Corretora, deixando assim de ser seu Controlador.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

12. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Software	20%	5.281	(3.822)	1.459	1.933
Outros intangíveis (*)	-	4.000	-	4.000	4.000
	-	9.281	(3.822)	5.459	5.933

(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto.

13. Depósitos

a) Por prazo de vencimento:

	2020				Total	2019
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
A vista - Moeda nacional	161.883	-	-	-	161.883	139.260
A vista - Moeda estrangeira	3	-	-	-	3	36
Interfinanceiros	-	30.000	-	-	30.000	75.368
A prazo	-	20.092	165.791	426.241	612.124	437.571
	161.886	50.092	165.791	426.241	804.010	652.235

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com “Depósitos” foram de R\$ 20.957 (R\$ 48.126 em 2019) e as despesas com o “Fundo Garantidor de Crédito” foram de R\$ 971 (R\$ 971 em 2019). (nota 18)

b) Taxa média praticada:

	2020		2019	
	Pré	Pós	Pré	Pós
Interfinanceiros	n/a	99,01	n/a	99,02
A prazo	5,65	120,33	9,77	109,10

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

14. Captações no mercado aberto

	2020		2019
	De 1 a 30 dias	Total	Total
Carteira própria	89.131	89.131	314.849
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (nota 27)	89.131	89.131	314.849
Carteira de terceiros			
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	552.271
	-	-	552.271
Total	89.131	89.131	867.120

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com “Captações no Mercado aberto” foram de R\$ 14.371 (R\$ 54.576 em 2019). (nota 18).

15. Obrigações por empréstimos e repasses; Recursos de aceites e emissão de títulos e Dívidas subordinadas

	2020					Total	2019
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
Obrigações por repasses							
Repasses do país - Instituições Oficiais (i)	6.701	-	-	-	-	6.701	7.218
Recursos de aceites e emissão de títulos							
Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (ii)	-	2.201	28.991	75.500	42.781	149.473	93.806
Obrigações por emissões de Letras de Créditos Imobiliários - LCI (iii)	-	-	16.883	-	10.608	27.491	32.928
Obrigações por emissões de Letras Financeiras (iv)	-	-	-	1.113	-	1.113	1.077
Dívidas subordinadas							
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (v) (nota 27)	-	-	-	32.054	-	32.054	31.063
	6.701	2.201	45.874	108.667	53.389	216.832	166.092

- (i) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;
- (ii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi entre 95% a 122% do CDI;
- (iii) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco (nota 27);
- (iv) Referem-se as Letras Financeiras (LF). A taxa praticada foi de 122% do CDI com vencimento em 08/11/2021 (nota 27)
- (v) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 115,00% do CDI.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com “Recursos de Aceites e emissão de Títulos” foram de R\$ 3.862 (R\$ 6.453 em 2019). (nota 18 e 27); e as despesas com “Dívidas Subordinadas” foram de R\$ 1.026 (R\$ 2.073 em 2019). (nota 18).

16. Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	10.148	11.621
	<u>10.148</u>	<u>11.621</u>
Não circulante		
Impostos e contribuições a recolher	19.700	26.694
	<u>19.700</u>	<u>26.694</u>
	<u>29.848</u>	<u>38.315</u>

Referem-se, substancialmente, a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R\$ 25.599 (R\$ 35.497 em 2019), vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Diversas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Pendências a regularizar - Câmbio	-	18.719
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	9	9
Outros valores a pagar	190	373
	<u>199</u>	<u>19.101</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 06 de fevereiro de 2020 foi deliberado a redução do Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco e o aumento de Capital Social em R\$ 38.000, mediante a emissão de 126.426.456 (cento e vinte e seis milhões quatrocentas e vinte e seis mil quatrocentas e cinquenta e seis) novas ações, sendo 63.213.228 (sessenta e três milhões duzentas e treze mil duzentas e vinte e oito) ações ordinárias e 63.213.228 (sessenta e três milhões duzentas e treze mil duzentas e vinte e oito) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,300570 (trezentos mil e quinhentos e setenta milionésimos de centavos de real) por ação, subscrito integralmente pelo acionista Alvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o saldo remanescente, equivalente a R\$ 19.000, pago no dia útil seguinte à aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional, o que ocorreu em 03 de julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 184.300 (R\$ 206.300 em 2019), é representado por 424.458.216 ações nominativas (298.031.760 em 2019), sem valor nominal, divididas em 212.229.108 (149.015.880 em 2019) ações ordinárias e 212.229.108 (149.015.880 em 2019) ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o banco auferiu prejuízo e não foram destinados e pagos dividendos e juros sobre capital próprio. No exercício de 2019, com base no resultado intermediário apurado no balancete de novembro de 2019, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 4.539.

c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

d) Reserva estatutária

O Banco deve destinar 10% (dez por cento) do lucro líquido para constituição de reserva estatutária, destinada a assegurar adequada margem operacional à Sociedade, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social.

O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto do Banco, terá a destinação proposta pela Diretoria e homologada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva Estatutária de Lucros.

e) Lucros acumulados/Prejuízo

Conforme Resolução nº 3.605/08, o lucro apurado e não distribuído no exercício, após a destinação da reserva legal, foi destinado à conta de reserva estatutária de lucros. Em 31 de dezembro de 2020 o prejuízo auferido no exercício foi de R\$ 2.431 (Prejuízo de R\$ 3.320 em 2019).

18. Despesas de captação no mercado

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos a prazo (nota 13)	19.146	38.115
Captações no mercado aberto (nota 14)	14.371	54.576
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 13)	971	971
Depósitos interfinanceiros (nota 13)	1.808	7.206
Letras financeiras (nota 15 e 27)	1.026	2.073
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 15 e 27)	3.062	4.401
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 15 e 27)	800	2.052
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras (nota 13)	3	2.805
	<u>41.187</u>	<u>112.199</u>

19. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas com prestação de Serviços

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de custódia	1.168	1.073
Tarifa de estruturação de Operação	2.465	91
Tarifas de operações de câmbio		2.310
Outros serviços	752	288
	<u>4.385</u>	<u>3.762</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Rendas de tarifas bancárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tarifas de transferências de recursos	3.037	5.992
Rendas de tarifas bancárias	39.687	53.124
Outras tarifas	123	138
	<u>42.847</u>	<u>59.254</u>

20. Despesas de pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Proventos	21.029	36.167
Encargos sociais	9.829	17.200
Benefícios	5.226	7.400
Honorários	6.260	14.936
Treinamentos	104	1.011
Remuneração de estagiários	31	81
	<u>42.479</u>	<u>76.795</u>

21. Despesas administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Transportes de numerários - Câmbio	1	27.812
Transportes de numerários - Outros	161	1.580
Serviços técnicos especializados	10.924	20.797
Processamento de dados	10.664	13.977
Aluguéis	2.463	3.331
Sistema financeiro	2.275	7.539
Comunicações	888	1.424
Serviços de terceiros	766	970
Emolumentos cartorários	1.183	1.129
Outras	3.450	5.174
	<u>32.775</u>	<u>83.733</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

22. Despesas com provisões

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atualizações monetárias de impostos e contribuições (nota 30)	15	56
Contingências - Judiciais e legais (nota 30)	134	1.092
Provisões para contingências trabalhistas (nota 30)	940	564
Reversões de Depósitos Judiciais	42	-
Despesas do auto de infração da Receita Federal (nota 16a)	1.496	975
Honorários de Contingências	156	21
Provisão sobre fianças prestadas	126	137
	<u>2.909</u>	<u>2.845</u>

23. Despesas tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS	2.413	3.171
Contribuições ao COFINS	3.755	7.513
Contribuições ao PIS/PASEP	610	1.221
Juros sobre auto de Infração	2.163	1.771
Outras Despesas tributárias	407	1.115
	<u>9.348</u>	<u>14.791</u>

24. Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendas de garantias prestadas	1.024	400
Variações monetárias ativas	1.270	1.947
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	2.792	2.347
Cessão de precatórios (i)	6.399	5.243
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	70	128
Ajuste de marcação a mercado (ii)	-	2.983
Recuperação de encargos e despesas	754	1.447
Reversão de provisões para riscos trabalhistas	1.429	362
Reversão de provisões para riscos cíveis	170	112
Reversão de provisões para riscos fiscais	44	1.476
Reversão de provisões de processo RFB - Juros	2.159	1.771
Reversão de provisão indedutível (iii)	313	4.002
Reversão de provisões de fianças	6	2
Receitas de verbas indenizatórias previdenciárias	-	2
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	16	6.789
Variações cambiais com empréstimos no exterior	-	2.078
Outras	660	280
	<u>17.106</u>	<u>31.369</u>

(i) Refere-se ao resultado com operações de aquisição de precatórios públicos (Federal, Estadual e Municipal) (nota 27)

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- (ii) Reconhecimento de receita com valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda que estava contabilizada no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, sendo que tais títulos já haviam sido negociados;
- (iii) Substancialmente, refere-se à Reversão de Provisões com multas CVM no montante R\$ 4.002 em 2019. O Banco atuava como agente custodiante de diversos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCS), administrados pela SOCOPA, até o exercício de 2017, quando esta atividade passou a ser executada pela Singulare. Como custodiante destes fundos de investimento, o Banco era responsável pela elaboração e envio das suas demonstrações contábeis à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Administração decidiu por reconhecer essas multas somente quando for notificada pela CVM, realizando, assim, a reversão da provisão.

25. Outras despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Consultorias para operações de crédito	3.668	8.664
Despesas com operações de ouro	21	1.333
Despesas com recuperações de contratos de CDC	1.343	2.073
Variação cambial	-	735
Cartão pré-pago	49	704
Amortizações e depreciações	901	1.140
Tarifas interbancárias	102	242
Despesas financeiras – PSH	419	536
Comissões sobre contratos de financiamentos	-	26
Despesas jurídicas	2.115	3.937
Prejuízo com encerramento de atividades operacionais (i)	-	10.293
Perdas com tarifas	1.106	-
Despesas de descontos concedidos em renegociações	2.969	-
Outras	1.355	1.787
	<u>14.048</u>	<u>31.470</u>

- (i) Reconhecimento de prejuízo decorrente de saldos remanescentes de operações de câmbio registradas na rubrica de outras despesas operacionais, as quais a administração julgou como tendo sido liquidadas.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(1.926)	(11.731)
(-) Participações nos lucros	(364)	(3.759)
Resultado antes da tributação e depois das participações	(2.290)	(15.490)
Adições e exclusões temporárias	(23.384)	16.409
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	3.231	3.821
Perdas associadas ao risco de crédito	(25.119)	14.065
Provisão para riscos fiscais (nota 30 b3)	(652)	(815)
Provisões de processo RFB – Juros (notas 22 e 24)	(504)	(796)
Provisões para passivos contingentes	(180)	134
Adições e exclusões permanentes	3.309	4.346
Equivalência patrimonial da controlada (nota 11)	-	870
Outras adições e exclusões permanentes	3.309	3.476
Base de cálculo	(22.365)	5.265
Imposto de renda / Contribuição social	-	2.083
Deduções - Incentivos fiscais (i)	(317)	(1.443)
Imposto de renda e contribuição social	(317)	640
Ativo fiscal diferido	458	(12.810)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	141	(12.170)

(i) Refere-se à habilitação de crédito de períodos anteriores

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Perdas associadas ao risco de crédito e crédito baixados como prejuízo	33.866	58.985
Provisões para contingências (Nota 30 b3)	2.764	3.417
Provisões de processo RFB - Juros	5.893	6.557
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	3.054	(1.798)
Prejuízo fiscal / Base negativa	29.898	7.532
Demais passivos contingentes	634	814
Total dos Créditos Tributários	76.109	75.507

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão	Reclassificação (i)	31/12/2019
Perdas esperadas com operações de crédito (ii)	17.463	12.288	(532)	(2.675)	26.544
Provisão para riscos fiscais e contingências	1.966	1.006	(1.826)	3.708	4.854
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	501	3.992	(879)	(4.423)	(809)
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	-	-	3.390	3.390
Total dos Créditos Tributários	19.930	17.286	(3.237)	-	33.979

(i) Em 2019 ocorreram reclassificações entre linhas, sem impacto no resultado, para melhor aderência da informação.

(ii) Do saldo de provisão para perdas esperadas, R\$ 14.332 é representado por crédito tributário sobre operações baixadas para prejuízo.

	31/12/2019	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2020
Perdas esperadas com operações de crédito (i)	26.544	-	(11.303)	15.241
Provisão para riscos fiscais e contingências	4.854	1.309	(1.983)	4.180
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação/Disponível para venda	(809)	3.044	(861)	1.374
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	3.390	10.064	-	13.454
Total dos Créditos Tributários	33.979	14.417	(14.147)	34.249

(i) Do saldo de provisão para perdas esperadas, R\$ 11.113 é representado por crédito tributário sobre operações baixadas para prejuízo.

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

Não existem outros créditos tributários a serem reconhecidos.

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 27.297 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.524	1.524	1.524	1.524	1.524	1.524	1.524	1.524	1.524	1.524	15.240
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	-	1.393	1.393	1.393	-	-	-	-	-	4.179
Ajuste a valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	-	458	458	458	-	-	-	-	-	-	1.374
Prejuízo fiscal / Base negativa	1.136	3.534	3.711	3.896	1.179	-	-	-	-	-	13.456
Total	2.660	5.516	7.086	7.271	4.096	1.524	1.524	1.524	1.524	1.524	34.249
Valor Presente	2.588	5.092	6.128	5.867	3.071	1.058	979	906	837	771	27.297

27. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2020	2019	2020	2019
Depósitos à vista	-	(15.054)	-	-
Depósitos a prazo	(54.538)	(84.836)	(2.173)	(7.442)
Depósitos interfinanceiros	-	(60.136)	(1.189)	(6.548)
Captações no mercado aberto (nota 14)	-	(54.001)	(1.082)	(1.987)
Devedores - Conta liquidações pendentes	-	(1.066)	-	-
Letra financeira - Dívida subordinada (nota 15)	(32.054)	(31.063)	(991)	(2.003)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (nota 15 e 18)	(27.492)	(32.928)	(531)	(2.052)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (nota 15 e 18)	(26.209)	(91.509)	(1.980)	(4.240)
Direitos creditórios sem coobrigação (*)	-	-	5.000	-
Cessão com precatórios (**)	-	-	6.826	5.243

(*) Cessão de Direitos creditórios com a Paulista - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (nota 8 g)

(**) Cessão de precatórios com os acionistas do Banco (nota 24)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2020	2019
Remuneração fixa	6.260	14.936
Encargos sociais	1.409	3.361
Total	7.669	18.297

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

28. Gerenciamento de riscos

Apetite de Risco

A Diretoria é a responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do Chief Risk Officer (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e a Diretoria que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco.

Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.

O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de governança; e organograma funcional das áreas.

- Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
- Estrutura de governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
- Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Tipos de Riscos:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez tem origem da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de 'colchão' de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *funding* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas à paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira *Banking e Trading*, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

d) Risco Operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

e) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução 4.557/17 do CMN.

f) Análise de sensibilidade

O Banco Paulista realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes, acompanhando os resultados obtidos na apuração de riscos da carteira Bancária.

Como o cálculo é feito de forma seguindo metodologia padronizada pelo Banco Central através do Sistema de Gestão de Riscos Financeiros, não consideram, portanto, a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras de riscos, minimizando ao menos parcialmente perdas significativas. Este estudo tem fins exclusivos de gestão de riscos, sendo dissociado das práticas contábeis adotadas.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

29. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 31 de dezembro de 2020, correspondiam a R\$ 31.891 (R\$ 25.222 em 2019), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R\$ 933 (R\$ 814 em 2019).

30. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

b.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

b.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b.3) Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas nos exercícios, estão a seguir apresentadas:

	Provisões para contingências			2020	2019
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais		
Saldo no início do exercício	805	1.366	1.246	3.417	4.232
Constituições	940	134	-	1.074	1.657
Realizações	(1)	(253)	-	(254)	(599)
Atualizações (nota 22)	-	-	15	15	56
Reversões	(1.429)	(170)	(44)	(1.643)	(1.950)
Honorários	-	156	-	156	21
Saldo no final do exercício	315	1.233	1.217	2.765	3.417

	Depósitos judiciais				2020	2019
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros		
Saldo no início do exercício	63	1.092	4.290	548	5.993	5.188
Atualizações	11	-	59	-	70	128
Constituições	1.014	1.454	-	50	2.518	1.123
Reversões	(10)	(46)	-	-	(56)	(156)
Levantamentos	-	(31)	-	-	(31)	(290)
Saldo no final do exercício	1.078	2.469	4.349	598	8.494	5.993

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 22 processos (17 processos em 2019) de natureza cível que somam R\$ 4.161 (R\$ 8.052 em 2019), 30 processos (19 processos em 2019) de natureza trabalhista que somam R\$ 6.357 (R\$ 2.690 em 2019) e 16 processos (14 processo em 2019) de natureza fiscal que somam R\$ 5.761 (R\$ 4.633 em 2019), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco.

No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.c, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

d) Órgãos reguladores

O processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, foi julgado em 03 de agosto de 2020, sendo que o Banco Central após o encerramento desse processo decidiu pela aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753, tendo o Banco ingressado com recurso, cuja avaliação da probabilidade de perda dada pelos advogados que patrocinam a causa é possível, mas não sendo possível determinar se uma provisão seria requerida.

31. Limites operacionais

O índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2020, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 10,87% para o Conglomerado Prudencial.

Conforme Resolução nº 4.193/13 Artigo 4º, o requerimento mínimo de patrimônio de referência é de 8%, a partir de 2019.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
RWA e Índice Basileia		
PR	158.444	198.571
PR nível I	158.444	192.358
Capital Principal	158.444	192.358
PR nível II	-	6.213
RWA Cpad – Crédito	848.080	811.427
RWA Cam – Câmbio	17.235	40.053
RWA <i>Trading</i> - Juros, <i>Commodities</i> , <i>Ações</i>	12.063	-
RWA Opad - Operacional	592.465	660.085
RWA – Total	1.469.843	1.511.565
PR Mínimo	117.587	120.925
Índice de Basileia (PR / RWA Total)	10,78%	13,14%
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	10,78%	12,73%
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	10,78%	12,73%

O Banco encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

32. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

33. Outras informações

1. Resultados não recorrentes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	(2.431)	(3.320)
<u>Resultado não recorrente</u>		
Desligamentos (reestruturação do Banco)	(2.246)	(6.553)
Processo investigativo	(1.126)	(6.789)
Advogados	(3.540)	(1.853)
Efeitos tributários	3.110	6.838
Total resultado não recorrente	(3.802)	(8.357)
Lucro Líquido Recorrente	1.371	5.037

2. Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.

Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e reuniões não presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Também não foi verificado até o momento, picos de inadimplência na sua carteira de crédito, bem como os níveis de captação junto ao mercado continuam evoluindo, o que proporciona um excelente nível de liquidez, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis.

A administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes

Majoração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034, que altera a alíquota de CSLL para bancos de 20% para 25% e para Sociedades de Arrendamento Mercantil, esta medida provisória passa a vigorar em 01 de julho de 2021 com vigência até 31 de dezembro de 2021, com efeitos no resultado do segundo semestre de 2021. Não há impactos na data-base destas demonstrações contábeis.

Marcelo de Toledo Guimarães
Diretor Presidente

Rui Luis Fernandes
Diretor

Ana Cristina Alves Afonso
CRC 1SP234300/O-5